

Max Alberto Nascimento Santos

Dr. pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO)
da Universidade Federal de Sergipe (UFS)
E-mail: sergipemax@yahoo.com.br
<https://orcid.org/0000-0001-5814-0506>

Ana Rocha Santos

Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO)
da Universidade Federal de Sergipe (UFS)
E-mail: ana.rochauft@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-0808-7855>

“O Deus mercado organiza a economia, a vida e financia a aparência de felicidade.
Parece que nascemos só para consumir e consumir.”
(Pepe Mujica, 2013).

RESUMO

O objetivo desse artigo é analisar a dinâmica regional e as reconfigurações territoriais que se processaram no litoral sergipano depois da instalação da infraestrutura de pontes e rodovias. Até a construção das pontes litorâneas a partir da década de 1990, os municípios da zona costeira sergipana apresentavam fragilidades de comunicação viária para a realização de atividades turísticas, entre outras. Após os anos 1990, uma nova orientação de desenvolvimento econômico se processou no país com a adoção de políticas públicas associadas a acordos internacionais com agências multilaterais para o desenvolvimento pelo turismo, especialmente no Nordeste brasileiro. O estado de Sergipe seguiu essa tendência de investimentos para o desenvolvimento do turismo com a construção de rodovias litorâneas, interligações hidroviárias, construção de pontes e a criação de outras infraestruturas para o turismo, que facilitou, intensificou e diversificou fluxos geográficos dos municípios da zona costeira e contribuiu de modo significativo na (re)produção deste espaço.

Palavras-Chaves: Litoral Sergipano; Políticas Públicas de Turismo; Especulação Imobiliária.

ABSTRACT

The aim of this study is to analyze the regional dynamics and the territorial reconfigurations that took place in the coast of Sergipe after the installation of the infrastructure of bridges and highways. Before the construction of the coastal bridges which began in the 1990's, the municipalities of the coastal zone of Sergipe presented a fragility of road communication to the accomplishment of tourist activities, among others. However, after the 1990's, a new orientation of economic development took place in the country with the adoption of public policies associated with international agreements with multilateral agencies to the development by tourism, especially in the Brazilian Northeast. This tendency of investment was followed by the State of Sergipe for the development of tourism with the construction of coastal highways, waterway interconnections, bridge constructions and the creation of other infrastructures for tourism, which facilitated, intensified and diversified the geographical flows of the zone coastal municipalities and contributed significantly to the (re-)production of this space.

Keywords: Sergipe coast; Public Tourism Policies; Real estate speculation.



RESUMEN:

El propósito de este artículo es analizar la dinámica regional y de las reconfiguraciones territoriales que ocurren en el litoral de Sergipe después de la construcción de infraestructuras como puentes y carreteras. Las ciudades de la zona costera de Sergipe, hasta la construcción de los puentes costeros en la década de 1990, tenían fragilidades de comunicación vial para las prácticas de actividades turísticas, entre otras. Una nueva orientación de desarrollo económico surgió en el país después de los años 1990 con la adopción de políticas públicas asociadas a acuerdos internacionales y agencias multilaterales para el desarrollo del turismo, principalmente en Nordeste de Brasil. Sergipe siguió a esa tendencia de inversión para el desarrollo del turismo con la construcción de carreteras costeras, interconexiones de vías navegables, construcción de puentes y otras infraestructuras para el turismo, lo que ha intensificado y diversificado los flujos geográficos de los municipios de la zona costera y contribuyó significativamente en la (re)producción de este espacio.

Palabras claves: Costa de Sergipe; Políticas Públicas de Turismo; Especulación inmobiliaria.

1 INTRODUÇÃO

O litoral sergipano tem a sua história intimamente associada às atividades econômicas que foram preponderantes para o crescimento da região Nordeste em seus diversos ciclos de desenvolvimento. No período colonial, o litoral serviu como entreposto comercial para a exploração do Pau-brasil. Recebeu influências da agricultura da cana-de-açúcar realizada na zona costeira nordestina e nesse processo histórico, foi utilizado como caminho de entrada para a pecuária, ao tempo em que abrigou também outras culturas agrícolas como a do coco da baía que ainda se faz presente nos dias atuais. Mais recentemente, as tentativas de industrialização dos estados nordestinos também acrescentam influências na atual reprodução desse espaço geográfico.

Em meados da década de 1990, sob a influência de organismos financeiros internacionais e baseado no sucesso dos balneários marítimos europeus e caribenhos, a temática da exploração do turismo como atividade econômica viável para o Nordeste ganhou espaço nos debates políticos. Diante disso, a atividade passou a ser priorizada como política pública pelos governos.

Com a vantagem da presença de atributos ambientais de destaque no território nordestino, o sol, a praia, a paisagem as terras litorâneas receberam grande valorização, transformaram-se nas principais mercadorias de exploração e determinaram o segmento de turismo a ser estimulado na região: de sol e praia.

Idealizado pela lógica do mercado, o litoral passou a ser proposto e edificado com o objetivo da sua inserção no circuito mundial de valorização, especialmente através do ajustamento de suas formas de utilização, reprodução e reorganização de seus espaços. Um receituário externo serviu como modelo a ser seguido, tendo em vista uma possibilidade de sucesso quando da sua aplicação em outras localidades com contextos socioeconômicos e históricos distintos.

Com isso, diante do pressuposto que o Estado incorpora em suas políticas as necessidades da reprodução do capital de forma diferenciada no espaço, foi empreendido pelos governos estaduais um movimento regional de estruturação das bordas litorâneas dos estados nordestinos. A partir do



ano de 1994, através do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR), foi priorizada a criação de sistemas de circulação que viabilizassem fluxos turísticos para a região, sobretudo com origem internacional. Aeroportos, vias litorâneas e saneamento ambiental foram implantados ou otimizados, já que a intenção era eliminar os principais dificultadores para a intensificação de novos fluxos e a exploração dos territórios a partir da viabilização dessa atividade.

Inserido nessa lógica, o governo de Sergipe acompanhou este processo. Adquiriu empréstimos, viabilizou obras e criou as condições necessárias para a fluida circulação no litoral e a sua plena utilização pelo turismo. Diante de investimentos públicos e a efetivação de uma infraestrutura de circulação propícia para a exploração do litoral pelo turismo, foi desencadeado também um processo de ocupação imobiliária, valorização e especulação das terras litorâneas do estado.

Nesse contexto, diante dessas ações para o desenvolvimento do turismo, surgiram inquietações sobre a inserção litorânea de Sergipe nesse processo, pois se observou que essas ações de estruturação das suas bordas marítimas, ao tempo em que proporcionavam a possibilidade de alinhamento entre os lugares na competitividade do modelo econômico capitalista através do mercado do turismo, produziam em escala local um novo espaço, engendraram também novos e diferenciados processos que se materializaram na reprodução do litoral e contribuíam principalmente de forma global na acumulação do capital, através do setor imobiliário.

Tais lógicas de acumulação e reprodução do capital são engendradas pelos agentes hegemônicos, com o patrocínio do Estado e se constituem como fatores responsáveis pelas mutações espaciais que se processam na linha costeira sergipana, desencadeando assim, um mosaico espacial complexo e com territorialidades expressas na segregação socioespacial, na riqueza e pobreza, na intensificação do uso do solo e na criação de reservas de vazios especulativos, e na elitização e favelização em alguns casos.

Nas palavras de Lefebvre (2006), toda sociedade produz seu espaço, ou, caso se prefira, toda sociedade produz um espaço. Cada sociedade, dependendo do modo de produção, produzirá seu espaço à sua maneira. Dessa forma, os interesses da acumulação capitalista produzem um espaço, agora fatiado e posto à venda, onde o uso é constantemente açambarcado pela troca.

Diante desse pensamento, o presente artigo, fruto do trabalho de doutoramento defendido no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe/PPGEO-UFS, seguiu norteado pela tese de que as políticas públicas de implementação de infraestruturas (pontes e rodovias) na fachada litorânea de Sergipe, justificadas pelo discurso do desenvolvimento do turismo, elitizam e intensificam a segregação socioespacial dessa porção do território sergipano, a partir do momento em que promovem e dão suporte à entrada do capital especulativo por meio da intensificação dos fluxos, sobretudo na implementação de fixos privados (investimentos



imobiliários), que (des)territorializam, supervalorizam a terra, criam novos fixos, geram impactos ambientais e desencadeiam acentuados contrastes sociais e paisagísticos, além de intensificarem a dinâmica regional.

Desse modo, diante das contradições percebidas nesse movimento, o presente trabalho tem como o objetivo analisar a dinâmica regional e as reconfigurações territoriais que se processaram no litoral sergipano após a instalação da infraestrutura de pontes e rodovias, edificadas sob a perspectiva do desenvolvimento econômico pelo turismo.

Diante do exposto, foi importante compreender o processo histórico de formação do litoral sergipano, numa leitura geográfica de totalidade e a adoção do método dialético como caminho científico que balizou essa investigação. De acordo com Zago (2013), a abordagem dialética pressupõe uma visão totalizante do real, ou seja, por meio dela se percebe os diferentes elementos sociais como interligados a uma mesma totalidade. O agir e o pensar, mesmo que não nos demos conta disso, sempre implica a percepção do todo, uma visão do conjunto das relações. Para tanto, empreendeu-se a análise dos investimentos públicos voltados para a atividade do turismo em Sergipe, através de uma visão ampla e totalizadora que envolveu o cenário econômico nacional e mundializado.

Nesse sentido, distintamente do que se é propagado pelo discurso político ideológico em que o turismo é visto como proporcionador de desenvolvimento econômico, gerador de emprego e renda, o presente estudo procurou evidenciar o contrassenso que acompanha a atividade e demonstrar a realidade dessa totalidade, através da análise de partes de distintas deste mosaico nos vários segmentos envolvidos, para se enxergar essa nova realidade.

Os conceitos trabalhados neste estudo tiveram como referencial de pesquisa a produção do espaço litorâneo sergipano, tendo como ponto de partida as metamorfoses deste espaço geográfico, além do entendimento da dinâmica regional e das reconfigurações territoriais, após a implementação de políticas públicas de criação de infraestrutura para o desenvolvimento do turismo, com o intuito de apreender a produção deste espaço e as relações de reprodução do capital.

Em se tratando da área estudada, comprimida nos últimos vinte anos por tendências modernizadoras e processos globalizantes, sobretudo com políticas públicas para criação de infraestrutura turística, financiadas com aportes internacionais de recursos, o litoral sergipano tem experimentado mudanças significativas no uso e ocupação do solo e na (re)organização socioespacial ditada pelo rápido e desordenado crescimento urbano. Essa lógica de produção e organização do espaço é deflagrada pelo Estado, articulando-se com o capital através de investimentos no setor imobiliário.

Nesse recorte geográfico são encontradas características e elementos bastante dinâmicos, bem como considerados de interesse econômico. Além disso, possuem os elementos paisagísticos mais



desejados pelo mercado especulativo que são a franja litorânea e as áreas estuarinas. Tais atributos ambientais são comercializados na perspectiva da mercantilização da natureza, pois viram mercadorias de grande valor nos empreendimentos imobiliários, a partir do marketing da exclusividade e qualidade de vida.

Para efeito desse estudo foram analisados os municípios litorâneos da Zona Costeira sergipana que se encontram defrontantes com o mar e ainda os que são interligados pela Rodovia SE-100, recebendo assim, influência direta da interligação da rodoviária efetivada pela construção das pontes, são eles: Indiaroba, Estância, Itaporanga D'Ajuda, Aracaju, Barra dos Coqueiros, Pirambu, Pacatuba e Brejo Grande.

2 OS CAMINHOS DA VALORIZAÇÃO DO LITORAL

No atual estágio de mercantilização da natureza no qual estamos inseridos, os atributos naturais e os seus significados se encontram intimamente vinculados às atividades financeiras e agregam importância comercial, mesmo que fictícia, ao mercado dos empreendimentos imobiliários, pois se produz uma natureza particular e de interesse sob a ótica do capital. Na atualidade, o capitalismo resignifica as ideias, transforma e produz constantemente novos sentidos para a natureza na busca incessante pelo aumento do lucro e pela maior valorização do capital.

Devido à valorização do acesso aos elementos naturais propagados em alguns casos como exclusivos, diante da escassez de elementos naturais nos núcleos urbanos mais adensados e ao apelativo marketing de qualidade de vida, criou-se, a partir de novos modelos comerciais para a reprodução mundializada do capital, a necessidade do afastamento da agitação urbana e o refúgio em ambientes que transmitam a calma e o contato com a natureza, surgindo assim, a necessidade da segunda residência.

Historicamente, essa prática já era registrada desde a Antiguidade clássica com as casas de campo no Império Romano. A modalidade litorânea, que subsidia entre outras ideias o tema central desse estudo, começou a ganhar espaço em meados do século XVIII, com a utilização do ambiente marítimo nas recomendações terapêuticas da medicina. Associados a isso, após a Revolução Industrial, com a ascensão da burguesia, o aumento da urbanização e o avanço técnico que facilitaram os deslocamentos, os europeus passaram a incorporar as práticas do veraneio como símbolo de prestígio social (DANTAS, 2008).

Na Europa, ao se iniciar o século XX, o aumento do poder aquisitivo de parte da sociedade, a instituição das férias remuneradas, o desenvolvimento de tecnologias voltadas para o transporte e a expansão da comunicação, dentre outros, influenciaram o crescimento da utilização da segunda residência, entretanto, de modo bastante seletivo para determinadas camadas sociais.



Naquele período, a utilização da residência secundária passou a se multiplicar pelo mundo, principalmente em países desenvolvidos, visto que por apresentarem melhor distribuição de renda, conseqüentemente proporcionam também maior acesso de determinada parcela da população a este mercado de habitação. Nesses países, com níveis de urbanização mais altos, as segundas residências cumprem o papel de refúgio do cotidiano agitado das grandes cidades, além de uma opção de investimento imobiliário.

No Brasil, constata-se que a valorização do morar temporariamente na praia, praticar o veraneio ou a aquisição de uma segunda residência de praia, estiveram associados historicamente às adaptações dos costumes europeus, copiados e praticados pelas classes mais ricas da nossa sociedade. Aos poucos, com a intensificação dessa prática, com a consolidação de infraestrutura, devido também ao crescimento dos núcleos urbanos e aos novos usos das áreas litorâneas, associados à criação da ideia do morar na praia como significado de prestígio social diferenciado, o litoral passou a se transformar no objeto de desejo do modo de vida contemporâneo (DANTAS, 2008).

Associado ao uso imobiliário, ao findar a década de 1970, deu-se início a intensificação da criação de estruturas associadas à atividade do turismo. Percebe-se por parte dos estados o direcionamento de políticas públicas e investimentos, com o objetivo de dotar as áreas litorâneas com estruturas e ou equipamentos para a criação de polos de atração ao desenvolvimento e valorização do segmento de sol e praia, abundantes, sobretudo na região nordestina do Brasil. Desta forma, cada vez mais, observa-se que as áreas litorâneas ganham intensa valorização sobre as demais áreas das cidades.

A partir do século XXI, com a consolidação de um mercado financeiro mundializado, os tentáculos do capital são direcionados para inúmeros segmentos. Com a transformação do ambiente litorâneo em um recurso imobiliário mercadologicamente atrativo e valorizado, sob o discurso da geração de novos postos de trabalho e o desenvolvimento da atividade turística, uma nova fase de ocupação imobiliária litorânea começou a se processar de modo significativo na zona costeira europeia, com propagação desse valorizado mercado imobiliário para a zona costeira nordestina do Brasil.

Moraes (1999, p. 39) afirma:

Em termos sociais, tal atividade desorganiza em muito a sociabilidade dos locais onde se instala, ao inaugurar um mercado de terras ascensional e ávido, gerando uma situação fundiária tensa e conflitiva. A satisfação do consumo de segundas residências mobiliza proprietários de terras, incorporadores, corretores, e a indústria de construção civil (como todo seu aporte de pessoal) nas áreas litorâneas, o que vai constituir, em si, num acréscimo ao fluxo povoador.



Consolida-se de uma nova fase de especulação imobiliária que atrela o discurso da necessidade da qualidade de vida à valorização do ambiente litorâneo e suas peculiaridades. Este segmento de mercado, comercializado a partir da criação de necessidades ao homem moderno, passa a gerar uma pseudo realização pessoal já que proporciona a possibilidade de uma exclusividade espacial e um *status* social diferenciado. Num exame apurado, sob a ótica da ciência geográfica, definem-se então, que inúmeros elementos inseridos nessa relação socioespacial fetichizada e excludente merecem sua análise.

Devido à raridade dos espaços litorâneos, associados à presença de atributos naturais e paisagísticos, cada vez menos encontrados no ambiente urbano, especialmente nas grandes cidades, a valorização financeira dessas mercadorias naturais se torna cada vez maiores e, com isso, o acesso a esse privilégio imobiliário terá sua definição em função da renda a ser paga por esse produto, negligenciando-se o uso coletivo da natureza em detrimento de um produto de acesso exclusivo e seletivo, que proporciona maior lucratividade ao mercado imobiliário.

Elege-se assim o litoral como espaço prioritário para a viabilização da reprodução do capital financeiro imobiliário. Nesse sentido, essa raridade espacial litorânea, remanescente de um quadro natural peculiar, passou a ser cobiçada pelo mercado imobiliário, e com essa atividade, passou também a ser parcelada, comercializada, financeirizada e edificada. Em muitos casos, os atributos naturais são adaptados a um padrão urbanístico estético que servem às condicionantes ambientais e que convencem ao adquirente de uma proximidade com a natureza, do acesso à qualidade de vida e ao status social tão sonhado.

Fato esse observado em alguns empreendimentos imobiliários do litoral sergipano onde houve a terraplanagem dos cordões litorâneos, característicos deste ambiente, para a criação de grandes lagoas, que trabalhadas a partir da técnica da engenharia e arquitetura, cumprem a função ambiental de drenagem das águas pluviais, ao tempo que se torna um atributo ambiental de valorização paisagística do ambiente, reforçado pelo marketing de proximidade com a natureza.

É válido ressaltar que para alimentar esse sedento mercado especulativo, dá-se, diante de informações privilegiadas e até de benefícios legais atrelados aos instrumentos de regulação do território, práticas de antecipação espacial, que para Corrêa (1995, p. 39):

constitui uma prática que pode ser definida pela localização de uma atividade em um dado local antes que condições favoráveis tenham sido satisfeitas. Trata-se da antecipação de uma oferta significativa de matérias-primas ou de um mercado consumidor de dimensão igual ou superior ao limiar considerado satisfatório para a implantação da atividade



Com isso, mesmo antes da qualificação estrutural de uma determinada parcela desse espaço litorâneo, é possível perceber visualmente na paisagem a existência de reservas de solo à espera dos ditames do mercado.

É válido lembrar que na atual fase do modelo econômico capitalista no qual se encontra a nossa sociedade, a interação do homem com a natureza tem como principal característica a reprodução do capital. Observa-se que a natureza tem o seu sentido alterado: passa a significar reserva de valor. No nosso caso específico, a natureza tem a sua função social transformada. O solo e os seus atributos ambientais viraram mercadorias voltadas à acumulação do capital, com vinculação direta ao mercado imobiliário (BECKER, 2001)

Assiste-se então, ao surgimento de um novo modelo de ocupação e urbanização litorânea, pois se faz necessário suprir essa nova necessidade de consumo direcionada para a sociedade urbana. Para atender a essa emergente demanda imobiliária de segundas residências ou a mais recente necessidade da moradia principal atrelada à qualidade de vida, à segurança pessoal e patrimonial e a afirmação de uma classe social extremamente segmentada com alto poder aquisitivo, o Estado passa a viabilizar obras de melhoria da infraestrutura.

Nessas áreas litorâneas, portanto, aprofunda-se uma forte especulação privada do mercado imobiliário, reforçando a ideia central desta análise, que através de intervenções com recursos públicos, se dá a viabilização da infraestrutura ainda inexistente, sob a justificativa muitas vezes, do desenvolvimento econômico através da atividade do turismo. Mas que tem como consequência, a criação das condições para que o capital especulativo imobiliário se reproduza.

Associados à viabilidade citada, a mídia cumpre o seu papel e complementa o elo dessa cadeia reprodutiva do capital especulativo. Vendem-se empreendimentos cujo nome de fantasia já se encontra atrelado a um aspecto do ambiente natural, bucólico, com a presença do verde ou de atributos da natureza. São oferecidos a praia, a paz, o ar puro diferenciado, a exclusividade. Contudo, dotado de todos os serviços oferecidos nas cidades. Vende-se outra modalidade de viver, que leva o futuro comprador ao convencimento de que não se tem uma qualidade de vida na sua residência principal. Vende-se a ideia da liberdade, de um ambiente saudável, das férias o ano todo, da aquisição de um lote no paraíso. Trabalham midiaticamente as frustrações do ser humano urbano e a sua realização pessoal através da conquista deste produto, o qual lhe confere um status de elite e de realização pessoal.

Atrelado a isso, entra em cena a transação imobiliária, item preponderante que direciona no mesmo sentido dois objetivos: de um lado, a criação das condições financeiras vinculadas à renda do comprador, do outro, a concretização da reprodução do capital especulativo na financeirização da aquisição do sonho.



Com a incorporação na nossa sociedade da ideia do uso marítimo e turístico das áreas litorâneas, da influência das diferentes escalas do capital privado no direcionamento dos investimentos públicos, das ações do Estado a partir da criação de políticas, o resultado desse emaranhado se materializa no espaço geográfico. Sendo assim, ao se proporcionar a consolidação dessa nova lógica de produção espacial e social, determinados espaços recebem privilégios em detrimento de outros, numa relação por vezes conflituosa, mas benévola para determinados grupos empresariais que articulam suas ações em diferentes escalas.

Diante do exposto, observa-se uma significativa mudança na forma de uso residencial do litoral. Assiste-se entre o velho e o novo uso, o evoluir do veranejar com fins de status social, para uma nova necessidade do se estabelecer no litoral como necessidade de fuga da agitação urbana atrelado ao discurso midiático da conquista e às novas formas financeiras de aquisição do bem viver e morar a beira-mar.

À medida que se pulveriza a ocupação espacial das segundas residências pelas franjas litorâneas, concomitante se intensificam os processos de urbanização com novos padrões arquitetônicos que se diferem da antiga realidade local, alteram os fluxos e os fluxos e conseqüentemente desencadeiam nova dinâmica de ocupação e reprodução do espaço e do capital.

3 FORMAÇÃO TERRITORIAL DA ZONA COSTEIRA DE SERGIPE

No território sergipano o início do processo de ocupação se deu, segundo os ensinamentos de Diniz (1981), a partir das seguintes fases: primórdios da colonização; fundação da cidade-forte de São Cristóvão e expansão para o oeste. A primeira fase teve início na investida dos jesuítas, sob o pretexto da catequese dos indígenas. A segunda fase aconteceu quando da instalação definitiva dos portugueses em terras de Sergipe D'el Rey por necessidade de comunicação entre os dois mais importantes núcleos populacionais da colônia, Salvador e Olinda. A terceira fase se deu com a expansão para o agreste em função da procura por minas de prata e salitre e da captura de índios.

Para Vilar (1991), em Sergipe, a pecuária foi a atividade predominantemente no período colonial, responsável pelo abastecimento das *plantations* da Capitania da Bahia. A expansão do gado acompanhou todo o processo de ocupação do território sergipano. Partindo do rio Real, já em 1607, os rebanhos atingiam Itabaiana e Simão Dias, seguiam os cursos dos rios Vaza-Barris, Sergipe e São Francisco. O gado abriu caminhos, posteriormente substituídos por estradas. Esses caminhos ligavam o interior às zonas costeiras, constituindo-se, juntamente com os rios, nos primeiros corredores econômicos da colônia. Nesse sentido, constata-se que é possível perceber o quanto o processo de ocupação do território sergipano contribuiu para uma relação dualista litoral/sertão, que associados ao processo de desenvolvimento socioeconômico do estado perduram até os dias atuais.



Para Moraes (1999), a formação do território do Brasil nos apresenta uma estrutura de eixos bem definidos de ocupação, que após as suas consolidações, extravasaram um processo capilar de povoamento de seus entornos. Tais eixos, que inicialmente foram ditados pela topografia e pela rede de drenagem, tem como característica comum demandarem a costa, onde, de acordo com suas potencialidades, animaram o crescimento urbano. Assim, cada localidade costeira se inseriu em um sistema de povoamento linear litoral/sertão, com pequenos circuitos intercosteiros no início da segunda metade do século XX. Ainda segundo o citado autor, foi no final da década de 1950, com a consolidação do domínio econômico urbano-industrial e a mudança do padrão de acumulação vigente no país, que se apresentou uma sensível transformação no ritmo de ocupação da costa. Um primeiro ponto a se destacar nesse novo padrão foi a significativa aceleração do processo de industrialização brasileiro, que ultrapassando o estágio da substituição de importações, ancora-se agora na maciça entrada do capital transnacional. Vários ramos importantes, em instalação, vão sofrer grande dependência do abastecimento de insumos externos, o que direcionou a sua localização à proximidade dos sítios portuários. Desta forma, não se pode desprezar a industrialização na avaliação dos vetores da veloz e intensa ocupação da costa brasileira nas últimas décadas. Apesar de sua presença se manifestar de forma pontual e concentrada, de certo modo acentuando o padrão colonial de assentamento, o impacto direto e indireto da atividade industrial é bastante sensível. Para o autor, no que importa aos efeitos sociais, cabe primeiramente apontar a influência da industrialização, mediante geração de empregos diretos e indiretos gerados, sobre a dinâmica da população, atraindo fluxos migratórios para os locais de sua instalação. Nesse contexto, a relação indústria/crescimento urbano também se exerce com toda potência nas cidades litorâneas eleitas para sediar tal atividade. Diante disso, a atividade industrial teve papel fundamental na conformação das atuais regiões metropolitanas da zona costeira brasileira, visto que as atividades desenvolvidas demandaram inúmeras estruturas de apoio.

Vale registrar o dinamismo subjacente a essa atividade, o qual estimulou a formação de amplo setor gerador de serviços e produtos conexos. Tais tarefas da esfera da reprodução, ao se estruturarem em moldes modernos, gestam novos estratos sociais que a bibliografia chama de camadas médias urbanas. Ainda para Moraes (1999), essas camadas vão constituir a clientela essencial de outro vetor de atuação no processo contemporâneo de ocupação da zona costeira. Trata-se do fenômeno da segunda residência, altamente disseminado em longos espaços dos entornos das capitais estaduais e das grandes aglomerações do litoral brasileiro. Entretanto, para Strohaecker (2008), alguns fluxos migratórios direcionados para essas localidades constituem-se, muitas vezes, de contingentes populacionais que não são absorvidos pelo mercado de trabalho formal, intensificando os processos de favelização, periferização e de ocupação de áreas impróprias aos assentamentos urbanos. Desta



forma, entende-se que o processo de urbanização se constitui em um dos aspectos mais importantes para o entendimento da ocupação da zona costeira na atualidade.

Ao analisar o litoral sergipano, observa-se que alguns fatores dificultavam a sua ocupação territorial mais intensa: o recorte territorial das principais bacias hidrográficas, a ausência de interligação rodoviária adequada, grande parte do litoral com características rurais, a expansão urbana concentrada na capital do estado e, sobretudo os interesses econômicos voltados para outros setores produtivos. Fatores esses que na atualidade já se encontram em processos de ajustes e readequação para plena ocupação.

A partir de meados da década de 1980, a antiga fragilidade na circulação desse espaço geográfico começou a ser relativamente quebrada com o início da adequação de rodovias litorâneas, interligações hidroviárias e a criação de infraestrutura. Essas obras passaram a se tornar eixos balizadores da ocupação territorial mais efetiva e que facilitaram, intensificaram e diversificaram fluxos geográficos e a partir de então, alguns municípios da zona costeira sergipana passaram a conhecer os reflexos territoriais, a exemplo da diversificação no tipo de uso da terra, o surgimento de empreendimentos voltados para o turismo, a valorização do preço dos terrenos, a intensificação da circulação rodoviária e a forte especulação imobiliária.

A história do litoral sergipano esteve intimamente ligada à produção da cana de açúcar na zona costeira e, sobretudo, do coco-da-baía na franja litorânea, atividade agrícola que colocou o estado de Sergipe em destaque no cenário produtivo nacional neste cultivo. Todavia, a década de 1980 inaugurou as primeiras ações que nortearam um redirecionamento da antiga função rural das terras litorâneas de Sergipe. Deu-se início a abertura de estradas perpendiculares ao principal eixo rodoviário, a rodovia BR-101, interligando-a com pequenos núcleos habitacionais litorâneos e atualmente, com o direcionamento de políticas públicas ao desenvolvimento da atividade turística. É o espaço de uma dinâmica que apresenta inúmeras contradições, em parte, materializadas na sua paisagem, que, por conta disso, tem-se transformado de maneira expressiva ao longo das últimas duas décadas.

De acordo com França (1988), em seu estudo intitulado “A cultura do coco da baía e as transformações no litoral sergipano”, a abertura de estradas aumentou a acessibilidade e, num primeiro momento, contribuiu para aumentar a renda resultante da produção do coco, mas também aumentou o valor dos terrenos litorâneos, tendo em vista o aumento do potencial especulativo. Em Sergipe, na década de 1980, a abertura de estradas na faixa litorânea, como a Rodovia dos Naufragos (Aracaju), José Sarney (Aracaju), as estradas da Caueira (Itaporanga D’Ajuda), Saco da Boa Viagem (Estância) e a Rodovia SE 100 Norte para o município de Pirambu são exemplos desse fato.



França (1988) nos apresenta um caminho analítico para a compreensão de um futuro de especulação imobiliária/turística na zona costeira sergipana com a seguinte afirmação:

a Rodovia do Coco, destinada a facilitar o escoamento da produção, que está sendo construída em todo o Nordeste, na verdade, está contribuindo e intensificará a redução da produção. Tal fato já pode ser constatado no litoral norte da Bahia e sul de Alagoas, onde os loteamentos invadiram a faixa litorânea, reduzindo sensivelmente a atividade agrícola. É a “estrada do coco” ou a “estrada do turismo/especulação?” (FRANÇA, 1988, p. 110).

A partir da década de 1990 se iniciou a interligação rodoviária paralela à linha de costa. Assiste-se então a mais uma etapa no processo de estruturação da zona costeira sergipana com a implementação de próteses da engenharia, a exemplo das Rodovias SE-100 sul e norte; a implementação do serviço de interligação hidroviário de veículos entre os municípios de Aracaju e Barra dos Coqueiros sobre o rio Sergipe, e Aracaju e Itaporanga D’Ajuda sobre o rio Vaza-Barris. Em seguida, efetivou-se o prolongamento da Rodovia SE-100 sul no trecho entre o Povoado Praia do Saco ao Povoado Porto N’Angola (Estância) e a interligação hidroviária entre os municípios de Estância e Indiaroba sobre o estuário do rio Piauí. Ressalta-se ainda, a pavimentação asfáltica do trecho que interligou o povoado Terra-Caída e também o povoado Pontal, ambos localizados na área estuarina do rio Piauí, no extremo sul do estado, que por sua vez efetivou a interligação rodoviária desses núcleos com o estado da Bahia.

Na primeira década dos anos 2000, três grandes intervenções são dispostas no sentido da efetivação do traçado rodoviário litorâneo de Sergipe. No ano de 2002, o estuário do rio Japarutuba passou a ser sobreposto via rodovia SE100-norte, com a inauguração da ponte interligando os municípios de Barra dos Coqueiros e Pirambu. Logo após, no ano de 2006, a inauguração da ponte Construtor João Alves interligou a capital Aracaju ao município da Barra dos Coqueiros.

Com isso, concretizou-se aproximadamente 50% de trafegabilidade por via asfáltica da zona costeira do litoral norte sergipano. Mesmo com a alternância dos grupos políticos que geriam o estado, a política governamental de estruturação litorânea teve continuidade. A inauguração da ponte Jornalista Joel Silveira no ano de 2010 interligou a Zona de Expansão urbana da capital ao município de Itaporanga D’Ajuda, e no ano de 2013, com a presença da Presidenta da República, Dilma Rousseff, foi inaugurada a ponte Gilberto Amado, considerada na época a maior ponte fluvial do Nordeste brasileiro, que interligou a totalidade de um traçado rodoviário litorâneo.

É válido ressaltar que no trecho norte da rodovia SE-100, entre os municípios de Pirambu ao município de Brejo Grande, limite estadual com o estado de Alagoas, o traçado rodoviário era realizado sobre pavimentação de terra (piçarra), mas no ano de 2015 foi dado início ao processo de adequação e pavimentação asfáltica desse trecho e que até meados do ano de 2020 ainda não havia



sido concluída, mesmo com as verbas asseguradas através do Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal (PROINVEST), com investimentos no valor inicial de R\$ 38.775.570,02 para o asfaltamento de 47,23 km.

Diante da efetivação das ações acima citadas, é possível percorrer por via litorânea, o trecho entre a cidade de Aracaju à rodovia litorânea Linha Verde, no estado da Bahia. Apesar desse fato, excetuando-se o Povoado Praia do Saco no município de Estância, não se verificou uma intensificação na ocupação do solo no litoral sul sergipano, o que pôde ser observado foram práticas de antecipação espacial, como a negociação de grandes áreas urbanizáveis, que se deram pela possibilidade entreabertas pela interligação rodoviária através das pontes.

Atualmente, a zona costeira sergipana apresenta um cenário territorial diversificado, mostrando ao mesmo tempo características rurais e urbanas, com áreas de intensa ocupação e de ocupação rarefeita. É possível ainda elencar usos múltiplos por diversos outros segmentos da economia e ainda, apontar áreas de conflitos territoriais na produção e reprodução deste espaço, na medida em que se torna um produto e expressa as desigualdades e as contradições da sociedade que a constrói.

O espaço litorâneo sergipano se tornou uma mercadoria cara. A especulação imobiliária, o crescimento das segundas residências, a construção dos eixos estruturantes e as iniciativas de desenvolvimento do turismo no litoral sergipano têm provocado significativas modificações paisagísticas, territoriais e sociogeográficas, visto a atual estrutura de circulação fluida do litoral.

Desta forma, nos deparamos com um espaço geográfico dinâmico e rico de elementos que produzem profundas mudanças espaciais, pois de um lado, cria um espaço homogeneizado por altos padrões construtivos que destoam radicalmente da realidade socioeconômica média dos municípios, e do outro, acentua conflitos e disparidades sociais.

Em Sergipe, para Vilar (2010), vale destacar que a ocupação da zona de expansão de Aracaju, e igualmente do Litoral Sul se processou lentamente até os anos 1970. Todavia, a partir dessa década, registra-se na literatura uma série de ações governamentais que intensificaram a infraestrutura geográfica da área e o processo de ocupação, cuja característica mais evidente é seu tom desordenado. Ainda de acordo com o citado autor, em 1980, com o asfaltamento da Rodovia dos Náufragos, interligando por via costeira a cidade de Aracaju ao antigo Povoado Mosqueiro, no extremo sul dos limites municipais, intensificou-se o crescimento demográfico e de loteamentos nessa área.

Para Leite (2007), com a edificação da citada rodovia, moradores da capital passaram a frequentar o povoado, enquanto veranistas adquiriam terrenos e construíam casas. Atualmente, algumas delas se tornaram moradias permanentes, acentuando-se o processo através da especulação imobiliária, que ao longo dos anos vem se efetivando fortemente, fato evidenciado no número de



condomínios fechados construídos à beira-mar nessa área e em loteamentos na parte sul e oeste da comunidade.

Na atualidade, constata-se que o estado de Sergipe se encaixa na tendência nordestina da urbanização litorânea, pois ao se percorrer a estrutura viária existente no litoral sergipano, visualiza-se a disseminação de toda uma armadura estrutural que viabiliza a implantação de inúmeros empreendimentos imobiliários que se processam de norte a sul da Rodovia SE-100, alguns efetivamente concluídos, outros em processo de edificação e outros em fase de licenciamento e implementação. Em termos sociais, essa atividade desorganiza em muito a sociabilidade dos locais onde se instala, ao inaugurar um mercado de terras ascensional e ávido, gerando uma situação fundiária tensa e conflitiva.

As atividades econômicas das áreas estuarinas sob a influência da Rodovia SE-100 e das pontes edificadas no litoral apresentam uma nova dinâmica nesses últimos anos. As atividades tradicionais, a pesca e a agricultura aos poucos vão perdendo espaço para atividades ligadas à especulação imobiliária e a algumas iniciativas pontuais ligadas ao turismo de praia. De acordo com Moraes (1999), a satisfação do consumo de segundas residências mobiliza proprietários de terras, incorporadores, corretores, e a indústria da construção civil nas áreas litorâneas, o que vai constituir, em si, num acréscimo ao fluxo povoador.

Para Dantas (2008), com o desenvolvimento da vilegiatura marítima, os espaços litorâneos são engendrados tanto pela valorização como pela urbanização. Os loteamentos, os arruamentos, os quarteirões, as esquinas, os muros, as casas, os condomínios, os carros, os eletrodomésticos, os novos costumes e as pessoas desconhecidas passam a compor a paisagem das praias eleitas pelos veranistas.

Na realidade sergipana, a atuação do governo estadual na implementação de uma política pública justificada pelo discurso da promoção do desenvolvimento econômico através do turismo, está, na prática, carregada de contradições no que se refere à produção do espaço litorâneo, pois (re)produz a segregação socioespacial e a valorização do capital, via empreendimentos imobiliários.

De acordo com Limonad (2007), lado a lado com o desenvolvimento do turismo tem-se uma intensificação da urbanização dispersa, através da proliferação de condomínios e loteamentos horizontais voltados para atender a demanda de segundas residências, casas de veraneio para habitantes das cidades próximas, inclusive para compradores internacionais, além de alimentarem o mercado de investimento especulativo. Essa realidade pode ser facilmente percebida ao se percorrer o litoral sergipano em ambas as direções. Entretanto, a redefinição do olhar e a valorização da zona costeira nordestina é fruto também de uma forte investida governamental através de políticas públicas direcionadas para o desenvolvimento da atividade do turismo.



4 POLÍTICAS PÚBLICAS E A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA DO LITORAL SERGIPANO

No litoral de Sergipe, a partir dos investimentos públicos de criação e adequação de infraestruturas de circulação houve o redesenho de um conjunto de medidas que foram realizadas para responder às demandas da reorganização de um espaço de forma mais racional, para a maior fluidez e viabilização da acumulação capitalista tendo como base dessa reprodução o espaço geográfico e a sua intensificação de uso a partir da especulação imobiliária que se processa em diversos segmentos: loteamentos regularizados ou não; condomínios fechados horizontais, verticais e temáticos (haras, fazendas, clube); e ocupações de terras.

Evidencia-se, assim, que ao se descortinar o horizonte dos investimentos estatais voltados para o crescimento da “indústria” do turismo de sol e praia, constata-se na prática, como consequência, a refuncionalidade de terras anteriormente agrárias numa transformação em mercadorias imobiliárias especulativas, com brutal reconfiguração geográfica em determinados setores do litoral sergipano.

Se as décadas de 1990 e 2000 marcaram o início da estruturação de uma base territorial que viabilizasse condições ao desenvolvimento do turismo, o final da década de 2000 e até meados da década de 2010 podem ser considerados marcantes no início da intensificação da exploração imobiliária do litoral sergipano com o surgimento e a comercialização de inúmeros empreendimentos.

No estado de Sergipe e sua capital, o processo tardio de ocupação das terras do litoral para fins imobiliários é o que os diferencia das principais cidades marítimas nordestinas com um nível de urbanização já consolidado. Tal fato reflete um emaranhado de relações diversas que podem ser consideradas do ponto de vista socioespacial e temporal, nas quais várias iniciativas privadas ou de interesse coletivos, atreladas à ordem ambiental, natural e ou humana, foram preponderantes para essa dinâmica de ocupação desigual.

Nesse sentido, os processos de readequações urbanas, de revalorização de antigas áreas, de incremento de novas infraestruturas como se vê no litoral de Sergipe, sob o pretexto do desenvolvimento econômico a partir do turismo, nada mais é do que a ação do Estado, criando as condições necessárias para que os espaços ociosos, especulativos ou com baixa valorização, possam ser inseridos ou reinseridos na lógica atual do mercado.

Segundo Carlos (2004), no atual modelo de desenvolvimento, o Estado tem a função de criar mecanismos que minimizem os obstáculos ao investimento do setor imobiliário sem que seja questionada a existência da propriedade privada do solo. Para a autora, a legislação que regulamenta o uso dos solos e do espaço público, o direcionamento de investimentos, a construção de infraestrutura e os planos de revalorização de áreas são alguns dos exemplos da ação do Estado que tem por finalidade a valorização de capitais aplicados no setor imobiliário, em particular, do capital em geral.



Nesse sentido, a realidade que se processou no litoral de Aracaju e que atualmente se estende por todo litoral sergipano, atende a essa lógica de reprodução sustentada nas ações públicas que perdura até os dias atuais. Assim, o desdobramento desse processo de urbanização litorânea é resultado de uma reprodução intensificada de capitais que gera formas de produção espacial, ao se evidenciar e resignificar paisagens que no transcorrer da história foram idealizadas pelos agentes sociais.

No cerne deste crescimento, em que as ações do capital se dão em diferentes intensidades de atuação e com base nas peculiaridades de cada trecho litorâneo, constata-se uma atual metamorfose desses espaços, com direcionamento de pequenas propriedades e também das antigas fazendas de produção de coco da baía, com baixa dinamização econômica nos dias atuais, à produção de um solo urbano comercializável. São pelas diferentes condições de combinações que se dão as possibilidades de outros usos deste solo litorâneo. Nesse sentido, ao tempo em que as estruturas de circulação e a intensificação imobiliária foram estabelecidas no litoral aracajuano como espraiamento para além dos seus limites municipais, foi possível constatar algumas iniciativas estatais que contribuíram, na diversificação de outros usos para o litoral sergipano com reflexos na reprodução deste espaço.

Ao analisar esses usos, é possível afirmar que o Estado se apresentou como grande agente responsável pela reprodução deste espaço e que a partir das suas intervenções, constrói, destrói e reconstrói e com isso complexifica a geografia litorânea, e se torna um grande indutor de tendências de ocupação e gera novas perspectivas de uso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do litoral sergipano ao longo de seu processo de formação e reconstituição é emblemática para entender a própria incorporação dos espaços e para o atendimento da expansão do capitalismo ao incorporar áreas para acumulação capitalista. De praia com ocupação elitizada para veraneio e a conseqüente instalação de infraestruturas demandadas com o passar dos anos, o litoral aracajuano foi incorporado ao tecido urbano, juntamente com a sua valorização para o uso turístico, como área de lazer e entretenimento da capital. A valorização dos espaços litorâneos se deu pela intervenção do Estado e atuação de capital nacional e também estrangeiro, e nesse sentido o litoral sergipano atravessa transformações socioespaciais que o preencheram de novos conteúdos e relações.

Refletir sobre a atual dinamicidade que se processa no litoral de Sergipe é debruçar sobre um emaranhado de relações que se encontram interligadas neste espaço geográfico. A tentativa da viabilização da atividade econômica do turismo a partir do final da década de 1980 figurou e se perpetua atualmente como o pano de fundo para uma série de investimentos estatais, na estruturação



e consequente reprodução de um espaço diferenciado na zona costeira nordestina em geral e no litoral sergipano em particular.

Nesse sentido, ficou constatado que o Estado, numa parceria de submissão ao mercado, é o principal protagonista na produção e reprodução do espaço litorâneo sergipano, tanto pelo o poder da regulação das relações sociais, quanto pelo provimento das infraestruturas. Diante disso, influenciam diretamente a produção das condições que viabilizam a reprodução do capital privado no litoral, mas que têm uma aparência de um agente do processo desencadeador do desenvolvimento.

É válido ressaltar que os investimentos no turismo foram e são propagados por meio de uma retórica política ideológica dominante que apresentou a estruturação dessa atividade como uma solução viável para o desenvolvimento econômico do estado de Sergipe. Entretanto, o ideal da geração de emprego, renda e dinamização fiscal estadual é apenas a dissimulação de um discurso que alimenta um sistema de dependência financeira, viabiliza a estrutura de especulação imobiliária e não cumpre o seu objetivo principal. Essa política de investimento estatal desencadeou o surgimento de uma nova armadura territorial, estabelecida através da criação de infraestruturas de engenharia que possibilitaram a efetivação de vias de circulação no litoral, que imprimiram, sobretudo nas primeiras décadas do século XXI, novos sentidos e novos usos desta porção do território sergipano.

Disto resulta que não existe, de fato, um movimento de ampliação das atividades que envolvem o mercado do turismo ao longo do litoral de Sergipe, mas sim, pelo que foi constatado, um tímido desempenho socioeconômico para o que foi proposto. Logicamente, como era de se esperar, foi observado diante da dinâmica que se processou, um avanço considerável na atividade do segmento imobiliário na ocupação do litoral. É digno que se registre ainda, que os novos empreendimentos imobiliários instalados ao longo do litoral sergipano, em sua totalidade, não trazem em sua perspectiva de uso a associação com a atividade do turismo, mas exclusivamente o imobiliário residencial.

A atividade de turismo em Sergipe não atingiu o objetivo definido nos projetos e programas propostos nas políticas para o desenvolvimento do turismo. Outrossim, evidencia-se que a sustentação da ideia de desenvolvimento alimenta um ciclo de dependência financeira voltado para a contratação de novos empréstimos por parte do governo do estado, utilizados para novos investimentos, que são demandados por novas necessidades determinadas pelo mercado imobiliário, numa tentativa interminável da efetivação das condições necessárias para o almejado desenvolvimento econômico proporcionado pela atividade do turismo.

Nesse movimento, a intimidade nas relações entre o Estado e o capital privado direcionam os investimentos e criam as condições necessárias para a ampliação do lucro. Nota-se, diante das medidas implementadas, assim como em muitas outras que se processam na atualidade, que o grande



interesse pela implementação do turismo não vai além da munção de grandes investimentos focalizados em determinados pontos do litoral.

O objetivo final é atender interesses imediatos de ordem econômica, beneficiar grupos empresariais da construção civil, ao tempo em que se edifica a plena circulação rodoviária e valorização das terras costeiras. Entende-se que esses investimentos se traduzem como no desenrolar do tapete vermelho da especulação imobiliária ao longo da faixa litorânea de Sergipe e suas áreas de influência.

REFERÊNCIAS

ANTON CLAVÉ, S. La urbanización turística. De la conquista del viaje a la reestructuración de la ciudad turística. **Doc. Anàl. Geogràfica.** 32, 1998, 1743. <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=239352&orden=84639&info=link>

BECKER, B. K. Políticas e planejamento do turismo no Brasil. In: **Caderno Virtual de Turismo**, vol. 1, n. 1, Rio de Janeiro, 2001, p. 1-7.

CARLOS, A. F. A. São Paulo: do capital industrial ao capital financeiro. IN: CARLOS, A. F.; OLIVEIRA, A. U. (Orgs.). **Geografias de São Paulo: a metrópole do século XXI**. São Paulo: Contexto, 2004.

CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1995. p. 15-48.

DANTAS, E. W. C; PANIZZA, A. de C.; PEREIRA, A. Q. Viligiatura Marítima no Nordeste Brasileiro. **X Colóquio Internacional de Geocrítica**. Universidade de Barcelona, 2008.

DINIZ, J. A. F. **Áreas agrícolas subcosteiras do Nordeste Meridional**. Recife: SUDENE, 1981.

FRANÇA, V. L. A. **Mudanças nas áreas cocoicultoras do litoral Sergipano**. Dissertação de Mestrado, NPGeo, UFS, São Cristóvão, 1988.

HENRIQUE, W. **O direito à natureza na cidade**. Salvador: EDUFBA, 2009.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. s (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev. 2006 2006. Disponível em: https://gpect.files.wordpress.com/2014/06/henri_lefebvre-a-produc3a7c3a3o-do-espac3a7o.pdf

LEITE, M. M. B. X. **Educação ambiental e resistência: o caso do Mosqueiro (Aracaju/SE)**. Anais EPEA. Unesp. Rio Claro, 2007.

LIMONAD, E. O fio da meada. Desafios ao planejamento e à preservação ambiental na Costa dos Coqueiros, Bahia. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007b, vol. XI, núm. 245 (40).



MORAES, A. C. R. **Contribuições para gestão da zona costeira do Brasil**: elementos para uma geografia do litoral brasileiro. São Paulo: Edusp/Hucitec, 1999.

VILAR, J. W. C.; ARAÚJO, H. M de. A Zona de Expansão de Aracaju: contribuição ao estudo da urbanização litorânea de Sergipe. IN: VILAR, J. W. C.; ARAÚJO, H. M de. (Orgs.), **Território, Meio ambiente e Turismo no litoral sergipano**. EDFUS, São Cristóvão, 2010, p. 62-80.

VILAR, J. W. C., O papel da pecuarização no processo de produção do espaço agrário sergipano. **Dissertação de Mestrado**. NPGEO. UFS, 1991.

STROHAECKER, T. M. Dinâmica populacional. IN: **Macrodiagnóstico da Zona Costeira e Marinha do Brasil** – Brasília: MMA, 2008.

ZAGO, L. H. O método dialético e a análise do real. **Kriterion**: Revista de Filosofia. Vol. 54, nº 127. Belo Horizonte, 2013.